



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados				
Título:	Reunião Ordinária N. 51				
Local:	Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF				
Data da reunião:	13/11/2017	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00

Pauta da Reunião

14:00 - Abertura da 51ª Reunião Ordinária e aprovação da memória da reunião anterior

14:05 - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara:

- Proposta de Calendário de reuniões - ano 2018 (22.02; 04.07 e 13.11)

- Quadro de frequência de entidades infrequentes no ano de 2017 e solicitação de novas entidades para participar da composição da Câmara Setorial

- Assuntos tratados entre as reuniões anteriores e esta: (RTIQ Leite – solicitação de atendimento às exigências, pelo DIPOA; Solicitação do uso da magenta na fabricação do Queijo Reino; Andamento da proposta de Regulamento Torneio leiteiro; e Portaria nº 111/2017, em Consulta Pública)

14:15 - Suborno Transnacional e Programa de Integridade (*Compliance*) do MAPA

- Ricardo Garcia de Sousa - Coordenadora-Geral de Responsabilidade de Entes Privados da CGU

- Cláudio Torquato - Assessor Especial de Controle Interno do GM/MAPA

14:45 - Apresentação com os resultados do Projeto Leite Saudável (Convênios MAPA x Senar e projetos aprovados no programa mais leite saudável- PIS/COFINS) - SMC/MAPA, Bruno Leite e Rodrigo Dantas.

15:15 - Apresentação da versão final do Plano Estratégico 2017-2026 do PNEFA; Relato sobre as reuniões com os Blocos I, II e III e Cronograma de Vacinação contra Febre Aftosa para o ano de 2018 - DSA/SDA/MAPA, Eliana Lara

16:00 - Posicionamento do Ministério da Agricultura sobre o abastecimento de antígenos para Brucelose e Tuberculose - DFIP/SDA/MAPA, Lourdes Cristina Schaper.

16:30 - Rotulagem nutricional de alimentos - Consultor da Câmara, Marcelo Martins

16:50 – Assuntos Gerais

- Estratégia de Fiscalização de Inspeção Federal nas Indústrias de Laticínios – SNA, Alberto Figueiredo

17:00 – Encerramento

Lista de Participantes

Nome	Entidade	Frq	Assinatura
------	----------	-----	------------



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

1	RODRIGO SANT ANNA ALVIM	CNA	PR
2	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR
3	MARCELO COSTA MARTINS		PR
4	DANIELA FIRMINO SANTANA AMARAL	ACST/MAPA	PR
5	RENE FRANÇA MACHADO JUNIOR	ABILD	PR
6	FABIO SCARCELLI	ABIQ	PR
7	DANIELLA RODRIGUES DA COSTA	BB	PR
8	MARIA HELENA FAGUNDES	CONAB	PR
9	SERGIO ROBERTO GOMES DOS SANTOS JUNIOR	CONAB	PR
10	LUIZ FERNANDO ESTEVES MARTINS	CONIL	PR
11	CARLOS HUMBERTO MENDES DE CARVALHO	FIESP	PR
12	WILSON MASSOTE PRIMO	G100	PR
13	GERALDO DE CARVALHO BORGES	GIROLANDO	PR
14	HAROLDO MAX DE SOUZA	LEITE BRASIL	PR
15	FERNANDO FERREIRA PINHEIRO	OCB	PR
16	LUDOVICO WELLMANN DA RIVA	SEBRAE	PR
17	PAULO HENRIQUE PEDROZA E SILVA	SINDAN	PR
18	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	SINDIRAÇÕES	PR
19	ALBERTO WERNECK DE FIGUEIREDO	SNA	PR
20	GUSTAVO BEDUSCHI	Viva Lácteos	PR
21	AIRTON SPIES	ALSB	PR
22	OSNI MORINISHI ROCHA	CNM	PR
23	ELIANE DAS GRAÇAS MOTA SOARES DE ARAÚJO	GS1 Brasil	PR
24	EDUARDO VON GLEHN NOBRE	MDIC	PR
25	ELIANA LARA	DSA/SDA/MAPA	CO
26	IAGO CRUZ SILVA	CBCL	CO
27	RICARDO GARCIA DE SOUSA	CGU	CO
28	THIAGO FRANCISCO RODRIGUES	CNA	CO
29	JANAINA GONÇALVES GARÇONE	DFIP/SDA/MAPA	CO
30	LOURDES CRISTINA SCHOPER	DFIP/SDA/MAPA	CO
31	ODILON BURYEY	LACTALIS	CO
32	LUCIANA JORGE	MAPA	CO
33	PAULO RAMALJO	MDIC	CO
34	LUCIANA FERNANDES	PATRI	CO
35	MOISES SOARES	SEAD	CO

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

Desenvolvimento

14:00 - Abertura da 51ª Reunião Ordinária e aprovação da memória da reunião anterior:
a quinquagésima primeira reunião ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados foi aberta às quatorze horas, do dia treze de novembro de 2017, pelo seu Presidente, o Sr. Rodrigo Sant'anna Alvim, que agradeceu a presença de todos. Na oportunidade, o Presidente colocou em apreciação a memória da reunião anterior, sendo esta



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

aprovada pelos membros e assinada pelos presentes ao referido encontro.

14:05 - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara: o Secretário da Câmara, Sr. Francisco Facundo, apresentou os informes da Secretaria, quais sejam: **Proposta de Calendário de reuniões - ano 2018 (22.02; 04.07 e 13.11):** 52ª Reunião Ordinária, dia 22 de fevereiro; 53ª Reunião Ordinária, dia 04 de julho e 54ª Reunião Ordinária, dia 13 de novembro, todas em Brasília, previstas às 14h. Após apresentação os membros da Câmara aprovaram as referidas datas. **Quadro de frequência de entidades infrequentes no ano de 2017 e solicitação de novas entidades para participar da composição da Câmara Setorial:** o Secretário apresentou slide com a **situação de 3 entidades infrequentes:** Associação Brasileira das Indústrias de Leite Desidratado – ABILD, Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios – CBCL (com 4 faltas consecutivas cada uma) e Aliança Láctea Sul Brasileira – ALSB (com 3 faltas consecutivas), em inconformidade com o Regimento que rege as Câmaras, salientando que enviou e-mail para as 3 entidades, no dia 06 solicitando manifestação quanto ao interesse em continuarem participando da câmara Setorial, os quais foram reiterados nos dias 16.10 e 06.11, tendo a ALSB se manifestado, justificando as ausências e manifestando interesse em continuar participando do colegiado e a ABILD e CBCL não se manifestaram. Também apresentou slide com **solicitação de 3 novas entidades pleiteando fazer parte da composição da Câmara**, sendo elas: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e Associação Brasileira dos Produtores de Leite – ABRALLEITE. No entanto, as três entidades faltosas (ABILD, CBCL e ALSB) estavam presentes e informaram sua intenção em continuar participando dos trabalhos da Câmara. Em face do exposto, não havendo assento disponível para abrigar novos integrantes, considerando que as 25 cadeiras destinadas a Membros Efetivos e as 5 para Convidados Especiais, estão preenchidas, foi franqueada, à ABRALLEITE (presente a este encontro), bem como a ASBRAER e a CODEVASF, participarem das reuniões do colegiado, na condição de ouvintes. **Assuntos tratados entre as reuniões anteriores e esta: RTIQ Leite – solicitação de atendimento às exigências, pelo DIPOA:** Facundo informou que a proposta de Regulamento foi encaminhada ao DIPOA em 10 de agosto e que o DIPOA solicitou informações complementares, através do Despacho 3171, Informação 1325 e Memorando 330, as quais foram repassadas ao Consultor da Câmara em 26 de outubro e o mesmo está providenciando o atendimento às exigências do DIPOA. **Solicitação de uso da magenta na fabricação do Queijo Reino:** a solicitação foi encaminhada ao DIPOA no dia 03 de outubro de 2017. O DIPOA, através da Informação 1517, de 27 de outubro, fez considerações e propôs que seja solicitada a inclusão do referido aditivo específico no momento da regulamentação do Queijo em comento. A informação foi repassada ao Consultor da Câmara em 01 de novembro para as providências. **Proposta de Regulamento de Torneio leiteiro:** a proposta foi encaminhada à Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo - SMC/MAPA. A área técnica analisou a proposta, elaborou Nota Técnica e proposta de Consulta Pública, em 17 de outubro, a qual aguarda aprovação da chefia e consequente encaminhamento para publicação da Consulta Pública. **Portaria nº 111/2017, em Consulta Pública:** o Secretário informou que a Portaria DSA nº 111/2017 está em Consulta Pública, publicada em 28 de setembro de 2017, com vigência pelo período de 60 dias. Disse que a informação acima foi encaminhada aos membros desse Fórum Consultivo, em 02 de outubro e novamente em 06 de novembro,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

solicitando contribuições à Consulta Pública e informando que o Consultor desse Colegiado será o responsável por receber as contribuições dos membros, até o dia 20 de novembro, consolidá-las e encaminhar ao DIPOA, na forma estabelecida na Portaria em comento. Marcelo Martins, Consultor da Câmara, explicou que essa Portaria trata de transporte e certificação de produtos de origem animal. Esclarece que há uma demanda do setor e internalizada no MAPA referente a criação de certificado específico para o transporte de leite cru. Anteriormente, para o transporte interestadual de leite cru era necessária uma guia de trânsito e um certificado sanitário nacional. Recentemente foi editado o Ofício Circular nº 02/2017 que estabelece a criação de trânsito interestadual de leite e derivados crus através de guia eletrônica, mantendo a rastreabilidade e segurança sanitária, proporcionando melhores condições e agilidade para o transporte interestadual. Contudo esse regramento por meio de Ofício Circular, do ponto de vista jurídico é um instrumento mais simples e de menor amplitude, não se configura em um ordenamento jurídico. Finalizada a explicação o Consultor propôs a esse Colegiado colocar na Consulta Pública como sugestão dessa Câmara a Declaração Interestadual de Trânsito de Leite Crus e seus Derivados em substituição do certificado sanitário nacional, como era solicitado anteriormente. Disse que não altera em nada a proposta já imposta, somente proporciona maior alcance da normativa já existente que deixaria de ser Ofício Circular e se apresentaria como Instrução Normativa. Após aprovação por unanimidade do plenário, o pleito será encaminhado. **Encaminhamento:** o Consultor da Câmara ficou responsável por encaminhar as contribuições da Câmara Setorial, em atendimento à referida consulta pública, conforme estabelece a Portaria nº 111/2017, considerando a proposta por ele apresentada e demais sugestões advindas dos membros deste colegiado.

14:15 - Suborno Transnacional e Programa de Integridade (Compliance) do MAPA.

- Ricardo Garcia de Sousa - Coordenador-Geral de Responsabilidade de Entes Privados da CGU: o Senhor Ricardo Garcia de Sousa, representante do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, realizou apresentação referente à Lei 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção. Informou a todos que a Lei citada representa importante avanço ao prever a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, com foco no viés econômico e financeiro da corrupção, estabelecendo responsabilização da pessoa jurídica e agentes públicos. Trouxe informações sobre suborno transnacional, que é caracterizado pelo oferecimento ou outorga, por parte de seus cidadãos, pessoas que tenham residência habitual em seu território e empresas domiciliadas no mesmo, a um funcionário público de outro Estado, direta ou indiretamente, de qualquer objeto de valor pecuniário ou outros benefícios, como dívidas, favores, promessas ou vantagens em troca da realização ou omissão, por esse funcionário, de qualquer ato no exercício de suas funções públicas relacionado com uma transação de natureza econômica ou comercial. Esclareceu que as possíveis consequências para esse ato são: concorrência desleal e comprometimento da livre concorrência; prejuízo aos investimentos e ao crescimento econômico; inflação, recessão e responsabilização administrativa das empresas. Finalizou sua apresentação enfatizando que a cooperação nacional e internacional é um dos formatos de combate ao suborno transnacional e informou que o Brasil é signatário das Convenções Internacionais de Combate à Corrupção.

- Cláudio Torquato - Assessor Especial de Controle Interno do GM/MAPA: o Senhor



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Cláudio Torquato apresentou o Programa Agro+ Integridade, a política de integridade do MAPA, junto ao fomento à integridade corroborado por *compliance* e também o Selo Agro+ Integridade para empresas do agronegócio. Iniciou sua apresentação informando que o objetivo do Projeto é proporcionar menos burocracia para maior crescimento no agronegócio, beneficiando todos os elos das cadeias produtivas, inclusive levando melhorias, também, aos pequenos produtores e agricultura familiar. Salientou que o Programa de Integridade do MAPA busca dar reconhecimento aos dois entes das ações relacionadas ao agronegócio: ente de âmbito interno, que deverá implementar práticas voltadas para o fortalecimento das Unidades Instrumentais de Integridade da Pasta, e ente de âmbito externo, que será reconhecido pelas boas práticas de produção, sob a ótica da responsabilidade social e sustentabilidade, e, ainda, enfatizando o esforço na mitigação das práticas de fraude, suborno e corrupção. Relacionado ao âmbito interno e externo, o palestrante explicou que o Programa seguirá mecanismos de *compliance*, o qual enfatiza que a empresa evite práticas de atos ilícitos conceituados, em qualquer espectro, como corrupção, suborno ou fraude. Esclareceu que a Portaria nº 705 de 07 de abril de 2017, instituiu o Programa de Integridade no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, alinhada com o Programa de Fomento à Integridade do Governo Federal (PROFIP), que assegura a execução efetiva das ações de integridade no âmbito interno e externo. Disse ainda que no ambiente interno, a política de integridade do MAPA está em curso e voltada para ações de curto, médio e longo prazo. Finalizou sua apresentação com informações relacionadas ao Selo Agro+ Integridade, o qual visa a participação de Instituições Privadas, Associações Representativas de Empresas e Produtores do Agronegócio e Órgãos Públicos de ilibada reputação, e que se configura numa espécie de certificação específica para o ente que, cumprindo todos os requisitos exigidos, for contemplado com o mesmo.

14:45 - Apresentação com os resultados do Projeto Leite Saudável (Convênios MAPA x Senar e projetos aprovados no programa mais leite saudável- PIS/COFINS) - SMC/MAPA, Bruno Leite e Rodrigo Dantas: o representante da SMC/MAPA, o Senhor Rodrigo Dantas, apresentou os resultados desse Projeto, cuja fonte dos recursos são créditos do PIS/COFINS. Disse que o objetivo do Programa é a melhoria da renda, da produtividade, da qualidade do leite e da ampliação dos mercados interno e externo e que, hoje, 19 estados estão contemplados no Programa, com 369 projetos em execução, proporcionando um investimento de mais de R\$128 bi ao setor lácteo, gerando benefícios a mais de 55 mil produtores, sendo 37.243 beneficiados diretamente. Esclareceu que o Programa está na fase de fomento e ampliação de empresas participantes, contando atualmente com 288 empresas. Por fim, disse que o retorno, tanto de produtores quanto de empresas, é positivo apresentando melhorias não somente para questões relacionadas a mercado, mas também sanitárias. Finalizou sua apresentação informando o link que todos poderão consultar esses resultados: indicadores.agricultura.gov.br/cbpa

15:15 - Apresentação da versão final do Plano Estratégico 2017-2026 do PNEFA; Relato sobre as reuniões com os Blocos I, II e III e Cronograma de Vacinação contra Febre Aftosa para o ano de 2018 - DSA/SDA/MAPA, Eliana Lara: a representante da DSA/SDA/MAPA, a Senhora Eliana Lara, apresentou as informações relacionadas a versão 1.0 do PNEFA, a ser executado pelos próximos 10 anos, o qual busca que o Brasil seja considerado, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), um país livre de febre aftosa, sem vacinação, a partir de 2023, acrescentando que o mesmo será apresentado no ENDESA,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

na primeira semana de dezembro, em Belém. Salientou que para atingir o status sanitário de área livre de aftosa sem vacinação, o PNEFA determina critérios técnicos, estratégicos, geográficos e estruturais para esse alcance. O Programa não objetiva somente tornar o país livre de febre aftosa sem vacinação com reconhecimento internacional, de forma gradativa e regionalizada, esse é somente um dos objetivos do Plano Estratégico. O Programa também proporciona o fortalecimento das medidas de prevenção e redução das vulnerabilidades para febre aftosa em todo país; fortalecimento das parcerias público-privadas, ampliando a participação comunitária no processo decisório e prevenção da doença e o aprimoramento das capacidades do Serviço Veterinário Oficial em todo país, priorizando as regiões mais vulneráveis. A palestrante enfatizou que a ação do PNEFA se justifica devido ao comportamento mercadológico consumidor e agropecuário global que possui exigências sanitárias maiores, devido a evolução dessa, estabelece respostas aos questionamentos internacionais com referenciais estratégicos acordados para a busca por novos mercados. Esclarece, ainda, que esse é um Programa aberto e democrático a novos posicionamentos, principalmente nas áreas táticas e operacionais. E para essa mobilidade, o PNEFA usa o planejamento estratégico situacional que otimiza as ações e resultados, buscando o acerto e corrigindo erros e diretrizes a qualquer momento. Na oportunidade apresentou a situação no território brasileiro, através das zonificações e as últimas ocorrências. Informou que a OIE apresentou algumas indagações referentes ao Programa, as quais foram respondidas pelo Brasil, já a OIE fará a análise dessas respostas e apresentará seu posicionamento em fevereiro de 2018. Para as regiões fronteiriças, existem processos de prevenção e rastreamento dos animais para melhor acompanhamento e referente a melhoria dos diagnósticos haverá a otimização da rede de laboratórios. Finalizando sua apresentação, a palestrante informou que a gestão do Programa deverá ser realizada através da disponibilidade financeira, comprometimento político, interação junto as partes interessadas e boa gestão do PNEFA. Endereço eletrônico para maiores informações relacionado ao tema apresentado acima: <http://www.agricultura.gov.br/febre-aftosa>

16:00 - Posicionamento do Ministério da Agricultura sobre o abastecimento de antígenos para Brucelose e Tuberculose - DFIP/SDA/MAPA, Lourdes Cristina Schaper: a representante do DFIP/SDA/MAPA, senhora Lourdes Cristina, falou sobre as dificuldades para obtenção e disponibilização do referido antígeno no mercado e apresentou as medidas tomadas pelo Departamento desde 2016, objetivando o registro de produtos e relacionadas à disponibilização de insumos diagnósticos de brucelose e tuberculose animal. Informou que foi realizada auditoria, em caráter de urgência, na empresa TECPAR, em conjunto com técnicos do Lanagro/MG, em setembro de 2016, para detectar quais poderiam ser as possíveis causas de reprovação dos insumos que estavam sendo fornecidos por aquela empresa, acrescentando que a auditoria também verificou se a TECPAR possuía condições de fabricar insumos para o Programa Sanitário Oficial, sendo caracterizada a ausência dessa produção a curto prazo. Posteriormente à auditoria, foi estabelecido plano de ação, pela empresa em comento, para correção das não conformidades identificadas pela auditoria, no entanto, a implementação das correções não foi realizada pela TECPAR, o que acarretou a interdição da planta empresarial, pelo SEFIP/PR. Informou que após a verificação da inviabilidade da empresa, por parte governamental, foi realizada reunião com o SINDAN e ALANAC, as quais foram responsáveis pelo interesse de mais duas empresas para importação dos insumos, que são: a empresa CEVA e MICROSULES. Enfatizou que a CEVA realizou importação



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

emergencial do insumo, porém teve de fazer devolução para matriz, alegando problemas na logística de distribuição. O DSA/MAPA analisou, prioritariamente, processo de solicitação de registro de tuberculina da empresa CEVA, a qual já se encontra registrada. Porém, devido aos problemas de logística de distribuição, por qual já havia passado, a empresa decidiu não mais importar o insumo. A Diretora do DFIP/SDA/MAPA, senhora Janaína Garçone, concluiu o tema, destacando que as solicitações de importação, em caráter emergencial, para Programas Sanitários Oficiais independem do registro do produto e são analisados, prioritariamente, pela Coordenação de Produtos Veterinários (CPV) e que os processos de registros de insumos para atender esses Programas, estão sendo analisados, em caráter de urgência, e que há três pedidos de registro da empresa MICROSULES, em andamento no Departamento.

16:30 - Rotulagem nutricional de alimentos - Consultor da Câmara, Marcelo Martins: o Consultor da Câmara apresentou questões relacionadas a rotulagem de alimentos. Disse que o tema preocupa o setor de alimentos, pois a questão da rotulagem nutricional já está em estudo pelo MAPA, Anvisa e Ministério da Saúde e a Anvisa está trabalhando para estabelecer modelo de rotulagem, e que, dependendo do modelo aprovado, poderá impor grande proibição de consumo de lácteos. Esclareceu que o objetivo desse procedimento é a redução de doenças crônicas, juntamente com o envolvimento do consumo de açúcares, sódio, gordura trans, gordura saturada e gorduras totais. Enfatizou que esse é um movimento mundial já implementado em alguns países e são estabelecidos nas embalagens em formatos de octógonos, semáforos ou triângulos. Salientou que a Anvisa pesquisa dois modelos para definir o modelo de informação nutricional no Brasil: se semáforos no painel frontal da embalagem ou triângulos, ou ainda como sugere o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), apenas constando a existência do item nutricional. Informou que o estudo para a rotulagem nutricional é estabelecido em um guia alimentar, com definições do que é produto minimamente processado, produto processado e produto ultra processado, já em um segundo momento, serão definidas quais as informações que constarão no painel frontal da embalagem e um terceiro momento, será estabelecido um formato para definir taxaço. A indústria propõe colocar o valor energético na parte superior da embalagem, contendo os percentuais exigidos para as informações nutricionais e na condição de semáforo, apresentar as informações nutricionais, proporcionando ao consumidor a oportunidade de estabelecer uma dieta nutricional balanceada, com o consumo do alimento desejado. Esta é a visão do setor de alimentos, pois permite maior clareza em relação as condições nutricionais do alimento consumido. Os outros estudos para a rotulagem nutricional são: Fundação Ezequiel Dias (FUNED), que estabelece, no painel frontal, a obrigatoriedade de declaração dos nutrientes negativos (Açúcares, Gorduras e Sódio, nas seguintes condições). Câmara Interministerial de Segurança Alimentar Nutricional (CAISAN), que estabelece modelo similar ao proposto pelo Chile/Uruguai – ADVERTÊNCIA com figura, com fundo preto, contendo a mensagem “Contém muito (a)...”, Contém ... seguido dos itens: Caloria, Açúcar, Sódio, Gordura, Gordura saturada, Gordura trans., Edulcorantes e Aditivos. Seguido do termo “Ministério da Saúde”. Esse proposito está alinhado com Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que também propõe a rotulagem frontal obrigatória para todos os alimentos processados e ultraprocessados. Por fim, disse que Anvisa irá realizar três painéis técnicos para debate do tema. O primeiro acontecerá no início de novembro, o segundo em dezembro e o terceiro durante o período da consulta pública e que a abertura da iniciativa regulatória aconteceu no mês de outubro e serão dados os devidos andamentos aos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

procedimentos para instrução e elaboração da proposta, realização de consulta pública e publicação do ato normativo. Marcelo finalizou sua apresentação, informando que o setor privado, do segmento lácteo, está realizando estudo referente a rotulagem nutricional de alimentos, compreendendo valor nutricional do leite e suas qualidades, para ser apresentado à Anvisa, Ministério da Saúde, para o qual solicitou o apoio da Câmara Setorial, para que, no momento adequado, seja encaminhado documento ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando gestão juntos à Anvisa, Ministério da Saúde, Casa Civil e outros, no sentido de atenuar esse problema, já que não se pode impedi-lo. **Decisão/Encaminhamento:** após debates a proposta do Consultor foi aprovada, pelo plenário, ficando o mesmo com a incumbência de preparar o documento a ser encaminhado ao Ministro da Agricultura, no momento oportuno.

16:50 – Assuntos Gerais

- **Estratégia de Fiscalização de Inspeção Federal nas Indústrias de Laticínios – SNA, Alberto Figueiredo:** o representante da SNA, senhor Alberto Figueiredo, informou que no estado do Rio de Janeiro tem-se observado que há, em algumas empresas de laticínios, à presença constante de técnicos de fiscalização do MAPA no interior da planta (normalmente um médico-veterinário e um ou mais técnicos Agente de Inspeção Agropecuário). Comumente, devida a essa presença de fiscalização constante, e pelo mesmo fiscal, há "choques" de conceitos entre essas equipes e os profissionais das respectivas usinas, em função de interpretações diferenciadas dadas à legislação e que, no seu entendimento, não há a necessidade da presença permanente de agentes públicos de inspeção/fiscalização no interior da planta, por entender que a responsabilidade pelo padrão de qualidade do produto é dos responsáveis pelas indústrias, e, assim sendo, não há necessidade de tutela, muito menos de paternalismo representado pela prestação continuada de serviço de funcionários públicos para as indústrias, mas que o processo de inspeção ocorra através de visitas periódicas, não programadas, de grupos de fiscais que possam avaliar todo o processo de produção, adotando as medidas de orientação e eventuais punições quando for o caso. O Presidente comentou que a normativa que retira a inspeção permanente e a torna periódica, nas plantas das indústrias de laticínios, já está em vigência há anos, desde a operação ouro branco. O Consultor da Câmara salientou que, em princípio, a fiscalização é para ser realizada em formato periódico, entretanto, observa que é necessário verificar a legislação vigente. O representante do CONIL, senhor Luiz Fernando Martins, disse que o Sindicato do Rio de Janeiro é membro do CONIL e fará interlocução com o mesmo sobre este tema e em busca de informações mais consistentes a respeito do fato relatado e, também, de como tratar a questão.

17:00 – Encerramento: sem mais assuntos a serem tratados, o Presidente agradeceu a participação de todos, encerrando a reunião, e eu, Daniela F. Santana Amaral, lavrei a presente memória de reunião, revisada pelo Secretário do colegiado. As apresentações realizadas nesta reunião, após autorização dos responsáveis, ficarão disponíveis no site do MAPA através do endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------